

A CAÇA EM PORTUGAL BREVE PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

por

Francisco Martins Ramos *

«Éramos andarilhos e vagabundos impenitentes. Entre uns e outros, palmilhámos o país todo, desde regiões fronteiriças no Norte, desde o rio Douro, das serras transmontanas, desde o Alto-Minho, desde a Ínsua de Caminha até Lisboa e até à serra algarvia.»

Assim falou Ernesto Veiga de Oliveira. Este texto é dedicado à sua memória e o tema escolhido não o é por acaso. Peregrino de montes e vales, qual caçador, ele foi um dos grandes colectores da cultura portuguesa, sabendo-se como se sabe que o museu que ele mais fruiu foi o museu do campo...

A actividade cinegética é tão antiga como a espécie humana. É sabido que a passagem da Natureza à Cultura, ou do mundo animal para o da organização social foi um processo moroso de milhares de anos, que se concretizou através de três tipos de trocas: a troca de mulheres, a troca de palavras e a troca de bens económicos. Que bens económicos? Naturalmente aqueles que a Natureza, pródiga e rica, colocou à disposição dos nossos antepassados. As presas da caça tiveram justamente a primazia nesse «processo de produção natural.»

O que interessa realçar é que nessa dicotomia Natureza/Cultura, o Homem, para se afirmar culturalmente, fá-lo através da Natureza. A caça representa, pois, o elo e o vínculo de uma relação que se vai eternizar e perseguir o destino do Homem. Teoriza-se e especula-se afirmando-se que a caça é a alternativa à guerra. Pois que seja; só temos a lucrar com isso.

Entretanto o Homem aprendeu que a Natureza não é inesgotável. Observando o voo das aves, coabitando com o ciclo da Natureza, descobrindo as casas dos animais, estudando os seus hábitos e instintos, o Homem concluiu

* Universidade de Évora.

que era preciso manter o equilíbrio, proteger certas espécies, ajudar os animais indefesos, servir-se da Natureza sem a destruir. Isto o Homem fez sem legislação.

A complexidade da organização social, as invenções, o progresso tecnológico, a delimitação das fronteiras, o domínio cultural ou militar, tudo isso e a ambição humana enredaram o Homem e a sua relação com os sistemas ecológicos com que se tratava por tu.

A evolução das sociedades, sem esquecer o ambiente biológico que as enquadra, gerou pois, processos de caça compatíveis com os instrumentos tecnológicos disponíveis e massificou o mecanismo de procura das espécies cinegéticas. A popularização da caça como instrumento fácil de sobrevivência, ou como factor de lazer, não afectaram porém, o equilíbrio das populações animais a não ser quando a tecnologia se sofisticou e a espingarda se afirmou.

Note-se que «a caça, além de uma necessidade da vida nómada, desenvolveu-se como uma forma de guerra defensiva e tornou-se um passatempo aristocrático quando as classes guerreiras se acharam sem destino na concorrência social». (Braga 1985: 75).

O arco e a flecha, a armadilha artesanal, o varapau, as redes e os dardos, apesar da ajuda de animais especializados (cães, furões, cavalos ou falcões), foram ultrapassados pela «caçadeira».

Em Portugal, país de matos e florestas, a prática cinegética acompanha as investidas cristãs para a formação do território pátrio nascente. Segundo Oliveira Marques o Portugal medievo era um país de coutadas e baldios. «A caça incluía-se entre as principais distrações do nobre e representava para o vilão fonte importante de subsistência.» (Marques 1974: 8).

Por um período de largas centenas de anos, que se prolongou até aos nossos dias, ser caçador era ser privilegiado e nobre; não era qualquer um que tinha posses para adquirir os instrumentos tecnológicos da caça. Naturalmente que não nos esquecemos de uma mão cheia de homens do povo que em cada aldeia ou vila tinham o engenho para completarem as suas tarefas de assalariados sem terra ou de pequenos agricultores, com a actividade artesanal de caçadores.

Para ficarmos com uma ideia da diversidade de animais que eram produto da actividade venatória note-se que nos mercados medievais portugueses se tabelavam «as carnes de gamo, zebro, cervo, corço, lebre e até urso, entre as gordas; ao lado de uma variedade assombrosa de aves: perdiz, abetarda, gru, pato bravo, cerceta, garça, maçarico, fuselo, sisão, galeirão, calhandra e muitas outras.» (Marques 1974: 8).

Os safões, tão peculiares e tão caros aos Alentejanos de extracção genuinamente rural, eram recomendados para a caça por D. João I. Nesses tempos «as luvas tinham particular utilidade na caça e vendiam-se para a arte de cetraria,

consoante se quisesse caçar com açor ou com gavião. (Marques 1974: 34).

A cetraria era uma das duas modalidades de caça durante a Idade Média; consistia em caçar com a ajuda de aves de rapina previamente domesticadas.

A outra modalidade era a montaria que consistia em caçar perseguindo violentamente os animais.

As grandes áreas de reserva venatória localizavam-se, tal como hoje, no sul do País, «riba d'Odiana». Aqui se caçavam animais extremamente corpulentos tais como javali, o lobo, o gamo e o urso. Este animal ainda abundava em meados do século XIV, quer no Alentejo, quer na Beira Interior. Oliveira Marques dá-nos conta que os infantes D. Duarte e D. Henrique caçaram um corpulento urso, em 1414, junto a Portel. Todavia, em finais do século XV a espécie estava extinta em Portugal.

Apesar da actividade venatória ser privilégio de nobres e do clero, alargava-se naturalmente a burgueses e vilões, mas com objectivos essencialmente económicos e não como «desporto». De facto, o autor que temos citado refere que «a importância económica que a caça devia ter na vida quotidiana levava a tolerâncias por parte dos defensores da arte venatória.» (Marques 1974: 189). Assim, os moradores de Évora e seu termo foram autorizados, em 1435, a caçar perdizes, perdigões e lebres. O facto é digno de nota porque a região era oficialmente coutada. Tal tolerância verificou-se também, em diversas épocas, no que diz respeito aos lobos e águias. Nobres e plebeus foram convidados a realizar batidas sistemáticas.

A proliferação de toda a espécie de caça em vastas florestas e matagais fomentou a prática venatória, principalmente na Idade Média, a ponto de se elaborarem tratados sobre a arte. Tal é o caso do Livro da Montaria.

Os excessos da actividade cinegética e a extensão das coutadas foram, por outro lado, motivo de preocupação e queixas por parte das populações menos favorecidas. Tais queixas caíam normalmente em saco roto. Houve efectivamente, a partir do século XVI, uma diminuição das reservas da caça, mas tal facto deveu-se à necessidade de agricultar novas courelas e ao aumento demográfico.

Cunha Rivara refere o facto de as coutadas reais em Portugal terem perdido a sua importância e uso partir do domínio filipino, uma vez que os monarcas espanhóis não tinham ocasião de caçar nas coutadas portuguesas. Por isso mandaram descoutar muitas coutadas entre as quais se incluiu a da vila alentejana de Arraiolos. (Rivara 1979: 159).

Até ao último quartel do século XVIII vigora em Portugal a tradição romanista no que diz respeito à caça, ou seja, ela é susceptível de ocupação independentemente da propriedade. «Mas no Alvará de 1 de Julho de 1776, expedido pelo Marquês de Pombal, o direito de propriedade afirma-se com

nitidez. Não se proíbe apenas que se entre nos terrenos murados e valados: rotula-se de invasor o que, contra a vontade do dono ou dos seus propositos, penetre na fazenda alheia, e para o qual se instituem pesadas penas. «Garcez 1962: 7)

Teófilo Braga alude a formas populares de caça em diversas regiões portuguesas, em recolha etnográfica que peca, infelizmente, por breve. No que diz respeito ao Minho refira-se a existência de engenhosas armadilhas com que os jovens apanhavam pássaros: armelos com visco, alçapões, caniços ou naças. Dos Açores refere as cestilhas e da Sortelha (Beira Baixa) indica as costelas. O político-etnógrafo comenta: «Assim como a caça serviu para as populações sedentárias como um exercício de guerra, também se tornou um desenvolvimento do ardil. (Braga 1985: 79). As descrições das caçadas de cabras-montesas no Soajo, no final do século XVII, feitas pelo Padre Torquato de Azevedo, concluem com outras informações úteis: «... o gosto da carne é semelhante à do veado, o couro é mui útil para o calçado da gente do campo. (Braga 1985: 79).

Foi a revolução industrial que popularizou a caçadeira e criou hordas de caçadores ávidos de matar espécies prejudiciais às lavouras. Apesar disso, ser caçador não perdeu estatuto face à «democratização» da espingarda. Com o devido respeito pelos amantes das cinegética não é caçador quem quer. É preciso ter qualidade físicas, atributos intelectuais e predicados morais. O caçador, no verdadeiro sentido do termo, é um sabedor das coisas da Natureza: da fauna e da flora, dos montes e vales, dos cursos de água, da chuva e do bom tempo. O caçador é um profundo conhecedor de animais; mais do que isso: ele deve conhecer os outros homens.

No mundo rural que nos cerca existem três ambições que sempre povoaram o universo e o imaginário dos alentejanos pobres:

- ter trabalho permanente;
- ter um porco para a matança;
- possuir uma espingarda para caçar.

Nos caminhos tortuosos da masculinidade, para não falar do machismo, o homem afirma-se socialmente pelas suas qualidades de perspicácia cinegética e prova-o com o número maior ou menor de peças abatidas. Apanhar um «chibato» é uma quasi-humilhação que precisa de ser reparada quanto mais depressa melhor.

Se a caça é para os habitantes do mundo rural «um vou ali já volto» que culmina na agradável surpresa da presa abatida, para o homem urbano a caça é uma aventura e um regresso às origens. A massificação da caça e a invasão nortenha dos montados alentejanos cria naturalmente nos agricultores e nos caçadores do Alentejo ressentimentos culturais antigos (e modernos), sentimentos territoriais hibernados e quesílias que importará reduzir.

Nalguns é a caça a única oportunidade para o cidadão tomar contacto com o campo, para o urbano regressar às origens, para se poderem contemplar montes e vales, sentir-se o peso dos elementos naturais ou a força dos deuses. Será que o homem da cidade tem tempo para contemplar a Lua, sofrer o Sol e sentir o equilíbrio de um mundo sem pressas e fruir o silêncio? Mas a caça é também o momento do escape selvagem que possibilita destruição, violência sanguínea e morte.

Efectivamente, não é necessário argumentar com as modernas teorias psicológicas e psiquiátricas da compensação do «stress» urbano para encontrarmos a justificação da prática venatória; torna-se mais simples fazer o apelo à teoria da sublimação dos instintos do homem-fera. Duma forma ou doutra, todavia, a caça aí está como fenómeno social total e, mais do que isso, como geradora de problemas sociais.

Teria sido um caçador ou foi o Senhor de La Palice quem afirmou que um bom governador é aquele que consegue fazer uma boa lei da caça? De facto, desde sempre que a legislação venatória é matéria delicada dada a diversidade e complexibilidade dos interesses envolvidos; principalmente quando os interesses individuais brigam com o bem comum, a protecção da Natureza e a defesa das espécies.

Em 1958 emitiram-se em Portugal 142400 licenças de caça, em finais da década de setenta esse número subiu para 270000 e, nos dias que correm somos confrontados com um «exército» de cerca de 380000 caçadores: aqui está representada, na frieza dos números, a perspectiva que anteriormente já tínhamos aflorado — metade desses Portugueses pretende subir na escala social. Ou então já subiram e, nessas circunstâncias não precisariam de ser caçadores... Logicamente que a ironia deste comentário precisaria de ser demonstrada factualmente e não engloba os caçadores conscientes que afirmam: «eu sou caçador, não sou matador».

Relatos de caçadas utópicas, descrições de feitos heróicos, «estórias» para ouvir à lareira nas longas noites invernosas, povoam o imaginário e alimentam os sonhos e a mística dos caçadores, eles próprios alvo de chacota, gozo e motivo de saudável humor. Na pobreza e ingenuidade decorativas das tabernas alentejanas, (outra espécie em vias de extinção), há sempre um dístico discreto que reza: «Neste sítio se reúnem pescadores, caçadores e outros mentirosos...».

A caça está intimamente associada ao património gastronómico do país. Nos momentos altos da vida social, justamente consubstanciados nas manifestações festivas, um prato de caça é um desejo nem sempre realizado e uma ambição a que a bolsa ou as artimanhas do pobre raramente conseguem chegar. Um ensopado de lebre com nabos, uma favada de caça, o coelho à caçador e as perdizes estufadas, apenas para referir os que me ocorrem à ideia, são alguns dos manjares que fazem crescer água na boca a caçadores e a consumidores

sempre atentos às actividades venatórias.

A descrição literária e etnográfica da caça e da figura do caçador permitem o aparecimento de páginas brilhantes da nossa literatura, em quadros coloridos em que à mistura com sentimentos e posturas, habilidades e esforços, se descrevem os hábitos e defesas dos animais, quer se localizem nas penedias de Riba-Côa, nos matagais do Gerês, nas fragas do Guadiana, ou nos penhascos beirões tão caros à pena de Aquilino.

Um dia de caça representa um percurso humano e social inigualável. Participar numa caçada é reviver a aventura humana da sobrevivência e é retratar a necessidade ancestral da organização social do homem pela via da descoberta cultural em oposição ao mundo da natureza. Na caçada repete-se o acto primeiro da gestação da economia de partilha, caminha-se para os mecanismos económicos da troca que desembocam natural e progressivamente na actual orientação mercantil. A caça sintetiza os mais nobres sentimentos de entreaajuda, solidariedade e fraternidade. Ao mesmo tempo, o homem reafirma-se como o animal predador por excelência, é bom que o não esqueçamos.

Com este breve apontamento pretendeu-se realçar a riqueza, diversidade e complexibilidade de um tema e de um fenómeno intrincado que acaba por concentrar o interesse e atenção de vastas camadas da população portuguesa, num tempo em que, pela via dos mecanismos e dos caminhos da democracia, todos devem ter o direito de caçar.

Numa sociedade aberta, os privilégios e benesses não devem separar os homens e estes só se devem distinguir uns dos outros pelas suas capacidades e inteligência. Numa sociedade e numa época que conseguiu, apesar do tempo perdido, reconsiderar o diálogo com o equilíbrio da Natureza e com a noção da precaridade e da não exauribilidade dos recursos existentes, caçar é, acima de tudo, um acto de inteligência.

Está por fazer a verdadeira história da caça em Portugal. Essa tarefa incomensurável não deverá deixar de ser um projecto interdisciplinar e participativo, onde as componentes sócio-culturais terão justamente um peso e um significado relevante.

Que estas considerações possam contribuir para uma perspectiva alargada da temática da caça foi a preocupação fundamental gerada pela lembrança de Veiga de Oliveira.

Vila Velha, 1990

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, Teófilo (1985) «O Povo Português», vol. I, Lisboa: Dom Quixote.
- GARCEZ, António (1962) «A caça em Portugal», Lisboa: Imprensa Nacional.
- MARQUES, A.H. Oliveira (1974) «A Sociedade Medieval Portuguesa», Lisboa: Sá da Costa.
- RAMOS, Francisco M. (1980) «Introdução à Antropologia Alentejana do Quotidiano», Lisboa: Diário Popular (Artes e Letras).
- RIVARA, Cunha (1979) «Memórias da Villa de Arrayollos», Parte I, Arraiolos: Câmara Municipal.